

XXX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Universidade Federal de Campina Grande
Sociedade Brasileira de Economia Política

Roberto Simonsen: entre as raízes e a evolução do industrialismo brasileiro

Roberto Simonsen: between the roots and evolution of brazilian industrialism

Matheus Pires Matos¹

Carlos Henrique Lopes Rodrigues²

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma reconstituição do surgimento do industrialismo brasileiro e analisar a sua repercussão e avanço a partir de Roberto Simonsen. Para uma melhor exposição do conteúdo o dividiremos em três partes: na primeira será feito um resgate da origem da indústria brasileira, na segunda mostraremos o surgimento do movimento industrialista e, por fim, Simonsen e o avanço do industrialismo brasileiro, buscando fazer uma ligação entre suas formulações com o pensamento industrial anterior a ele, além de sua contribuição para a defesa da industrialização brasileira.

Palavras-chave: Simonsen; industrialização; indústria; desenvolvimento.

Abstract

The objective of this article is to reconstruct the emergence of brazilian industrialism and analyze its repercussion and advancement from Roberto Simonsen point of view. For a better exposition of the content, we will divide it into three parts: in the first we will recover the origin of Brazilian industry, in the second we will show the emergence of the industrialist movement and, finally, Simonsen and the advance of brazilian industrialism, trying to make a connection between his formulations and the industrial thought prior to him, in addition to his contribution to the defense of brazilian industrialization.

Keywords: Simonsen; industrialization; industry; development.

Área Temática 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVJM), Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e Doutorando no IE/Unicamp. <https://orcid.org/0009-0009-0171-7090> . E-mail: matheusmattosp.mp@gmail.com

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFVJM, Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp e Coordenador do GEDEB/UFVJM. <https://orcid.org/0000-0001-8419-5826>. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

Roberto Simonsen: entre as raízes e a evolução do industrialismo brasileiro

1. Introdução

O debate sobre a necessidade de industrializar a economia brasileira para resolver os problemas econômicos, sociais e de soberania que ocorreu durante as décadas de 1930 e 1940 foi um tema que precede esse período. Anteriormente, na Controvérsia do Planejamento Econômico Brasileiro, ou nas famosas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)³, uma série de figuras levantaram essa bandeira de forma isolada, em grupos de pequena expressão ou até mesmo em movimentos nacionais.

A história do industrialismo foi marcada pela conexão entre a industrialização e a formação nacional, com o desenvolvimento de ideias importantes que entraram na pauta dos desenvolvimentistas nas décadas seguintes. A partir dessa perspectiva realizamos, neste artigo, uma análise da formação do pensamento industrialista brasileiro com o intuito de verificar como ele evoluiu de acordo com a modernização do país e a implementação de uma estrutura industrial. Em seguida, mostramos como as demandas desse movimento são sintetizadas no projeto de desenvolvimento nacional proposto por Roberto Simonsen.

O artigo está dividido, além dessa breve introdução e das considerações finais, em: apontamentos da origem da indústria brasileira; surgimento de um movimento industrialista; e Simonsen e o avanço do industrialismo brasileiro.

2. Apontamentos sobre a origem da indústria brasileira

Como um país que surgiu a partir da via colonial de desenvolvimentos capitalista, a questão industrial apareceu como um dos grandes temas a serem respondidos no Brasil. Isso porque ao longo da sua fase colonial e do período pós independência esse setor sofreu dificuldades para o seu desenvolvimento interno.

Ainda durante o período colonial o desafio estava na forma como o território se encaixou dentro da expansão comercial europeia durante a acumulação primitiva.⁴ Como trabalhado por Prado Jr. (1976) e Furtado (2001), o Brasil colônia organizou a sua estrutura socioeconômica⁵ a partir do

³ Para informações sobre a CEPAL, ver: Jurgenfeld (2018, p. 35-62).

⁴ “Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se mais ou menos em ordem cronológica, a saber na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial.” (Marx, 1996, p. 370). Para mais informações, ver Marx (1996), especificamente o capítulo 24, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital”. Sobre a acumulação primitiva e o capitalismo contemporâneo, ver: Rodrigues (2013).

⁵ Para Ribeiro (2018), foi construído no território brasileiro um novo povo, que foi formado pelos invasores portugueses, os indígenas nativos e os africanos que foram furtados de suas tribos para serem escravizados. Todos eles ligados por um

desígnio de atender às necessidades de acumulação da metrópole a qual estava submetida, nesse caso Portugal. Seguindo esse sentido, sua formação foi voltada para os interesses econômicos europeus de desenvolvimento industrial e comercial, assumindo assim

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa e antiga que a feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes (Prado Jr, 1976, p. 31, grifos do autor).⁶

Como colônia a produção foi voltada para matérias primas, alimentos e gêneros tropicais que fomentava a rede comercial europeia de mercadorias tropicais. Por meio do Estatuto Colonial (ou exclusivo metropolitano)⁷ foi estabelecida uma restrição ao comércio e a produção do território com a garantia de que a colônia teria ligação comercial restrita à sua metrópole. Além disso, era certificado que não produziriam mercadorias que pudessem concorrer com os produtos metropolitanos via proibição da criação de indústrias (Cordovano, 2004; Novais, 1979).

A proibição formal a industrialização apenas foi rompida em 1808 com a chegada da família real portuguesa (fugindo da invasão de Napoleão Bonaparte) e a revogação das regulamentações do sistema colonial - “exclusivo metropolitano”⁸ -, que abriu os portos e concedeu liberdade ao comércio e à indústria. Apesar do projeto de criar uma estrutura capaz de transferir o Império Português para o Brasil, o desenvolvimento industrial foi travado devido à relação de subordinação que Portugal vivia naquele momento com relação a Inglaterra - que se arrastava desde meados de 1642 - em troca de apoio político e militar em guerras e disputas travadas pelo trono (Novais, 1979; Sodré, 1957; Luz 1978).⁹

Essa sujeição ficou expressa na política externa britânica que em 1811 estabeleceu um tributo para as mercadorias inglesas de 15%, valor que era inferior aos 24% impostos a qualquer nação e aos 16% para a produção portuguesa. Na prática, o que se fez foi dar o monopólio do mercado interno aos produtos provenientes da Inglaterra inviabilizando a industrialização. Essa foi uma

único motivo, fornecer à Europa especiarias e impulsionar a acumulação primitiva, e assim, fornecer os meios necessários para que o capital industrial se desenvolvesse nessa região.

⁶ Na mesma direção, Furtado (2001, p. 142) afirma: “A Colônia, desde a sua formação, não é mais que uma grande empresa produtora de bens tropicais destinados a alimentar o comércio português. A Metrópole tem em vista esse comércio e apenas em função dele se preocupa com a Colônia. Os interesses do comércio têm primazia sobre os da Colônia. Esta é um meio, e aquele, um fim”.

⁷ Para mais informações, ver: Novais (1979).

⁸ De acordo com Novais (1979, p. 59, grifos do autor): “as colônias... deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole [...] o *exclusivo metropolitano do comércio colonial* consiste, em suma, na reserva dos mercados das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana”.

⁹ Sobre a subordinação portuguesa aos ingleses, ver: Sodré (1957).

questão que se arrastou mesmo após a Independência política do país, pois essas tarifas permaneceram válidas até 1844. O espírito liberal que dominou o movimento também contribuiu para que se mantivesse a adoção de uma política de cunho liberal que limitou as tarifas alfandegárias a uma função meramente fiscal (Luz, 1978; Fernandes, 1976).

Dessa forma, de acordo com Prado Jr (1953), a indústria brasileira enfrentou desde o início uma série de obstáculos ligados a perpetuação de elementos da estrutura colonial que travavam o seu desenvolvimento. Dentre os elementos destacados pelo autor estão: a falta de um mercado interno integrado - resultado da manutenção do trabalho escravo que limitava o mercado consumidor e do latifúndio monocultor para exportação que isolava as regiões - com espaço de acumulação para a produção em larga escala, a política liberal, o baixo padrão de vida da população, a deficiência de fontes de energia, insumos, e a inexistência de um mercado de capitais que canalizasse recursos que financiasse a sua implantação e expansão.

As poucas indústrias que surgiram eram resultado da interrupção momentânea das importações causadas pela queda das divisas, abalos no comércio exterior ou necessidades fiscais do Estado que levava a um aumento nas tarifas. Como foi o caso do surgimento do ramo de chapéus na década de 1870 como consequência da política econômica adotada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Foram estabelecidas medidas de cunho expansionista para o seu financiamento, como: a expansão monetária e o imposto sobre importações. Com a dificuldade de importação e o aumento da exportação surgiram pequenas indústrias que atendiam as necessidades do mercado interno, que naquele momento não poderiam ser atendidas por importações (Suzigan, 2000; Luz, 1978).

Esse crescimento durante a década de 1870 também pode ser entendido pelas mudanças que ocorreram dentro do ambiente nacional e internacional que introduziram uma nova dinâmica na economia brasileira. Uma delas foi a economia cafeeira, que mesmo preservando a estrutura colonial, injetou elementos modernizantes que proporcionaram um ambiente propício ao crescimento industrial. Um deles foi a transição do trabalho escravo para o livre que atendia às necessidades dos países industrializados de ampliar o mercado consumidor em suas antigas colônias com o aumento do mercado interno, mas também criou um mercado interno para uma possível produção nacional (Mello, 1991; Costa, 1987; Fernandes, 1976).

Pressionado pelo fim do tráfico negreiro e pela abolição da escravidão, o Brasil iniciou a transição do trabalho escravo para o assalariado¹⁰ dada a percepção de que seria inevitável, mesmo porque, o custo de produção de uma saca de café com trabalho livre era menor, uma vez que com o

¹⁰ “A instituição do trabalho livre [...] teve grande importância, não apenas para a grande expansão cafeeira que se daria a partir de 1886 [...] [como] desempenhou papel fundamental, tanto para a acumulação cafeeira quanto para a industrial” (Cano, 1998, p. 53)

fim do tráfico negreiro aumentou o preço do escravo, além disso, havia a dificuldade do escravo em assimilar novas tecnologias que eram introduzidas, por conta da forma de exploração que sofria (Costa, 1987). Sobre a diferença dos custos, mostrou Simonsen (1973, p. 210), que “a saca de café [produzida] nas fazendas sob o regime do trabalho livre, pronta para embarque, custava entre 7\$200 e 9\$800; onde imperava o trabalho servil uma saca representava 15 dias de trabalho efetivo do escravo, o que valia cerca de 15\$000”

O Estado atuou diretamente para a criação de um contingente de mão de obra assalariada que pudesse ser empregada no setor sem colocar em risco sua lucratividade. Para isso foram implantadas uma série de políticas de imigração, sendo que o governo de São Paulo chegou a custear as despesas de viagem e contratou companhias para trazer os imigrantes (Costa, 1987; Silva, 1981; Mello, 1991). “Considerando o período de 1887/1930, entraram em São Paulo cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses” (Cano, 1998, p. 60).

Os imigrantes não foram importantes apenas para o latifúndio como também para as indústrias que têm origem com as modificações causadas pelo complexo cafeeiro, sobretudo a partir da introdução das vias férreas¹¹. Setor que surgiu com o apoio do Estado devido a isenção de impostos de importação concedida para os materiais necessários à sua implantação e os empréstimos a juros concedidos pelo capital inglês¹². O Estado também garantiu a rentabilidade do investimento custeando de 5 a 7% do capital caso a renda líquida não fosse suficiente para distribuir os dividendos (Costa, 1987; Silva, 1981; Mello, 1991; Perissonotto, 1994).

A importância das ferrovias para o café é explicitada por Cano (1998, p. 47):

Com a ferrovia, os custos de transporte do café caíram sensivelmente, situando-se em média, em torno de 20% do preço da saca de café exportada. Isso permite concluir que, em média, houve uma diminuição dos custos cafeeiros equivalente a cerca de 20% dos preços de exportação. Por último, cabe ainda lembrar que as ferrovias contribuíram, também, para elevar economicamente a produtividade física do café: antes, por deficiência

¹¹ “A introdução do sistema ferroviário, sem dúvida alguma, provocou redução apreciável nos custos de transporte do café, anteriormente feitos em carro de boi ou através de tropas, em direção aos mais próximos portos fluviais e marítimos da região” (Cano, 1998, p. 41). Para Silva (1981, p. 56), “o desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem a estrada de ferro”.

¹² “As ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis. Num primeiro plano cabe destacar sua atuação desbravadora da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras virgens do oeste paulista. A antiga São Paulo *Railway* que em 1867 completava o trajeto de Jundiaí a Santos, implantada com capital inglês, na realidade, não preenche o papel desbravador, uma vez que, a região por ela servida já havia sido anteriormente ocupada. A maior parte das outras ferrovias, principalmente a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana, vão cumprir esse papel pioneiro: à medida que estendem seus trilhos, o café vai desbravando as terras virgens: assim depois de atingidas Campinas em 1872 e Itu em 1873, Mogi Mirim e Amparo eram alcançadas em 1875, Rio Claro em 1876, Casa Branca em 1878 e Ribeirão Preto em 1883)” (Cano, 1998, p. 46).

dos transportes, parte da produção de café perecia nas fazendas mais distantes e outra parte, por pequena que fosse, era extraviada ou destruída durante o longo período utilizado em seu transporte, dadas as precárias condições em que esse serviço era executado.

Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam, assim, em forte ampliação das margens de lucro.

Nos anos de 1870 o complexo exportador cafeeiro¹³ passou a implantar a indústria de beneficiamento do café com a introdução de máquinas e equipamentos com o objetivo de aumentar a qualidade do produto e obter melhores preços no mercado internacional. A isenção de impostos dada pelo Estado contribuiu para o processo de diversificação e modernização da estrutura produtiva, assim como a mão de obra imigrante que possibilitou o desenvolvimento do mercado interno. Desta forma, “a indústria nasce das próprias contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira”¹⁴ (Silva, 1981, p. 110).

A política do Estado de apoio à transição do trabalho escravo para o livre também auxiliou na expansão da industrial com o Encilhamento, que foi um grande movimento especulativo causado pela expansão monetária realizada como forma de atender as reivindicações dos cafeicultores em relação aos prejuízos que diziam ter com o fim da escravidão. Os empréstimos concedidos a uma taxa de 5% proporcionaram um grande movimento especulativo que em 1891 ainda seria potencializado pela liberalização das sociedades anônimas (Lima, 1978; 1976; Luz, 1978).

Estes dados são ilustrativos: entre 1885-1889 e 1890-1894, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 248 para 452; o capital empregado, 203.404 contos para 213.714 contos; o número de operários, de 24.369 para 31.123 e o valor da produção de 247.121 contos para 278.575 contos. O comércio exterior também aumentou apreciavelmente, progredindo as exportações, em contos de réis, de 259.095 em 1889 para 280.665 em 1890, 439.091 em 1891 e 618.319 em 1892; enquanto as importações, nos mesmos anos, e ainda em contos de réis, subiram, de 217.800 para 255.520, 413.680 e finalmente 527.104, denotando, mesmo assim, saldo favorável nos termos do intercâmbio (Luz, 1978, p. 131).

¹³ Posteriormente, para Mello (1991, p. 147), “o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial”.

¹⁴ “Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo central da burguesia industrial nascente. Elementos de outras origens também ajudam a constituir a burguesia industrial nascente no Brasil. Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se desde essa época pela indústria. A. Prado, um dos pioneiros da expansão do café em São Paulo, é também um dos pioneiros da indústria brasileira. Por outro lado, o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia indústria nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais” (Silva, 1981, p. 97).

O aumento momentâneo das barreiras alfandegárias resultou no crescimento de setores como o da sacaria de juta, tecidos de lã, moinhos de trigo, cervejarias, fábricas de fósforo, indústrias metalmeccânica e a primeira companhia industrial de produção de ferro-gusa do país. Em seguida, a depreciação cambial ampliou esse processo por meio do aumento do coeficiente de importações que permitiu a aquisição de equipamentos que foram utilizados para expandir a produção interna (Suzigan, 2000).

Os dados indicam a ocorrência de um pico no investimento industrial durante o Encilhamento: as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais 70% em 1891. Deve-se observar que os níveis médios para 1888-1889 já haviam sido 37% superiores à média para 1883-1887 e que, apesar de uma redução a partir de 1892, o investimento industrial (representado pelas exportações de maquinaria industrial para o Brasil) manteve-se em níveis mais de 50% superiores aos de 1888-1889 (Suzigan, 2000, p. 50-51).

Resumidamente, o café atuou em alguns aspectos como um elemento favorável ao desenvolvimento da indústria ao introduzir o trabalho livre e aumentar relativamente o mercado interno, desenvolver ferrovias, que além de introduzir ramos industriais ligados a elas, conectou alguns espaços do mercado interno (mesmo que concentrado em São Paulo) e introduziu a indústria de beneficiamento do café. Também em momentos de baixa nos preços do comércio internacional introduziu a diversificação do investimento por meio da transferência de capitais do setor cafeeiro para o industrial (Silva, 1981; Cano, 2007).

O café também contribuiu ao absorver os impulsos vindo do contexto internacional, principalmente no que diz respeito a corrente de investimentos estrangeiros própria do período posterior a 1870. Capitais que migravam como resultado de uma nova fase das economias industrializadas que Lênin (1985) denominou de imperialismo (ou fase superior do capitalismo), momento em que o seu mercado interno já não era capaz de atender as suas necessidades de acumulação e dessa forma passam a ser enviados para os países periféricos.

Com a economia cafeeira esse capital encontrou espaço favorável para o seu ingresso por meio de empréstimos, a construção e aquisição de empresas e serviços de utilidade pública, além do próprio financiamento do café, da transição para o trabalho livre, bancos de exportação e na construção de ferrovias. Contraditoriamente, o café ao mesmo tempo que fornecia elementos que proporcionaram o crescimento industrial também atuava como um inibidor da industrialização ao manter elementos próprios do período colonial: a estrutura econômica e social organizada em torno no latifúndio monocultor para exportação e a exploração do diminuto mercado interno pelo capital estrangeiro - que antes atuava nos moldes coloniais e agora imperialista (Furtado, 2007; Silva 1981).

Essa limitação que o setor agrícola produzia para a industrialização ficava patente na sua subordinação ao café, visto que o seu crescimento dependia de condições favoráveis criados pelas exportações. Essa questão ficou evidente nos ciclos de expansão e contração da economia cafeeira, sendo que em momentos de alta era criada uma capacidade de importação de bens de capital e aumentava o poder de consumo interno favorecendo a indústria, já em momentos de queda ocorria o inverso (Aureliano, 1999; Suzigan, 2000; Mello, 1991).

O motivo da subordinação era a ausência de um setor de bens de capital que possibilitasse a fabricação interna de máquinas, equipamentos e insumos pesados essenciais para a industrialização. Sem a construção de uma estrutura de fornecimento interno desses elementos, a indústria brasileira possuía como única alternativa a importação, que era sujeita aos saldos comerciais gerados pela exportação de produtos agrícolas (Aureliano, 1999; Suzigan, 2000).

A falta de um setor de bens de capital se fez sentir durante as baixas nas exportações, como na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o bloqueio comercial causado por ela. Como consequência da redução do comércio exterior houve uma diminuição no investimento industrial, que caiu 59,5% em 1914 e 70,9% em 1915. A ampliação do fornecimento interno dos bens de consumo, que anteriormente eram importados, ficou limitada devido a incapacidade de renovação e ampliação das fábricas, que só receberam novos investimentos após o fim do conflito (Suzigan, 2000; Aureliano, 1999).

Apesar de ter representado um momento de queda dos investimentos, a Primeira Guerra foi uma abertura para a superação dessa subordinação, uma vez que apesar do resultado limitado, o crescimento da indústria a fez ter um papel mais significativo na economia brasileira.¹⁵ Essa maior participação pode ser percebida no fornecimento de mercadorias para o mercado interno e na criação de receitas por meio de impostos sobre o consumo (Lima, 1978; Prado Jr, 1953).

Segundo Lima (1978, p. 156), a participação dos impostos internos “passaram de 52.223 contos em 1914 para 93.514 contos em 1917, ao passo que o imposto de importação, durante os mesmos anos, caiu de 150.548 contos para 91.980 contos”. Essa capacidade de compor as receitas estatais foi um elemento que o autor apontou como importante para dar força ao pensamento industrialista que se desenvolvia nesse momento, dada a credibilidade que a indústria, aos poucos, passou a ter.

¹⁵ Existe um amplo debate na historiografia brasileira sobre o momento em que se desencadeou o processo de industrialização. Contudo, esse debate não será explorado neste artigo. Para mais informações sobre as diferentes interpretações sobre a industrialização brasileira, ver: Suzigan (2000), Mello (1991), Prado Jr. (1953), Furtado (2007) e Sampaio Jr. (1999).

A indústria de bens de consumo assalariados, que começou a ser implantada em 1890, conquistou significativa proeminência com a diversificação da sua produção e por conseguir abastecer o mercado interno. Mesmo incipientes, as indústrias que se formaram nesse momento foram vitais para que a subordinação do capital industrial ao cafeeiro começasse a ser superada (Aureliano, 1999).

A independência da indústria com relação ao café aconteceu ainda no fim da década de 1920 e em partes se deve a política de defesa permanente do produto adotada pelo Estado. Com o objetivo de manter sua lucratividade, o Estado iniciou uma política de valorização do café¹⁶ já em 1906 para evitar uma maior queda nos preços do produto no comércio internacional. Assim, o Estado fomentou a ampliação da produção de café - apesar de constar no Convênio de Taubaté que haveria um desestímulo à sua expansão -, que já excedia a demanda internacional, ao garantir sua lucratividade por um longo período. Como resultado entre 1928/29 a safra esteve acima dos 28 milhões de sacas, além da capacidade de absorção do mercado internacional (Mello, 1991; Aureliano, 1999).

O hiato existente entre a plantação das mudas de café, seu crescimento e a colheita para exportação também concorreram para o aumento expressivo de sua oferta. Além disso, do lado da demanda, que era instável, passou a ter mais opções de fornecedores com o aumento da produção mundial, o que conduziu para uma crise de superprodução em 1929.¹⁷ A crise mundial que se iniciou no mesmo ano contribuiu para o aprofundamento dos problemas no setor e antecipou o colapso inevitável (Mello, 1991). As consequências dos problemas no setor cafeeiro se fizeram sentir em toda a economia, como sintetizou Mello (1991, p. 170, grifos do autor):

¹⁶ Em 1906 houve o “Convênio de Taubaté” como uma medida de valorização do principal produto de exportação do Brasil, de acordo com Furtado (1991, p. 179), “Em essência, essa política consistia no seguinte:

a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
d) fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações”.

Para Silva (1981, p. 67-68), “a partir de então o desenvolvimento capitalista, assegurado pela ‘valorização’, é acompanhada por uma participação mais direta do capital estrangeiro [...]. Mas o capital estrangeiro não domina inteiramente a comercialização do café e as atividades bancárias. Ao seu lado, desenvolvem-se os bancos e casas de exportação pertencentes à burguesia do café, ou mais precisamente, à camada superior da burguesia do café”.

¹⁷ Mais uma vez o Estado brasileiro vai atuar para amenizar essa crise no principal setor econômico do país, o café. Para Furtado (1991, p. 192), “[...] a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados”. Apesar dessa afirmação de Furtado, Cano (1998, p. 61-62) ressalta que “na crise de 1929, quando a oferta de trabalhadores nacionais e estrangeiros era muito grande e crescente, a queda dos salários dos trabalhadores do café chega a ser 30% a 40%. Assim, o regime de trabalho livre não só permitia a baixa dos salários, comprimindo, portanto, os custos para a defesa da taxa de lucro, como também permitia a dispensa (pelo menos temporária) de alguns trabalhadores, durante as crises mais agudas”.

Da agricultura cafeeira, a crise propagar-se-ia a toda a economia. Não cremos necessário examinar, com mais vagar, os mecanismos de propagação. A depressão atingiria, "num primeiro momento", o segmento urbano do complexo cafeeiro, tanto pela queda da demanda de serviços comerciais-financeiros e de transportes, quanto pela insolvência das empresas cafeeiras. "Em seguida" o corte no consumo atingiria a indústria de **wage goods** e a agricultura comercial de alimentos e matérias-primas, o que acarretaria novos efeitos perversos sobre a indústria de bens de consumo assalariado e sobre a agricultura de mercado interno, etc. As Finanças Públicas, afetadas pela queda das importações e pelo rebaixamento do nível de atividade dos "setores internos", desempenhariam (**esta é a hipótese**) um papel passivo, cortando-se as despesas até o nível das receitas.

A crise de 1929 acirrou a insatisfação dos industriais e das classes médias que já crescia desde o início da década, como consequência da política de defesa do café. O movimento industrialista que surgiu na segunda metade do século XIX se tornou uma força política importante neste contexto. Foi formado então um novo grupo que pressionou pela valorização da indústria e que depositou nela a esperança de resolver os problemas nacionais herdados da colonização (Aureliano, 2000; Luz, 1978). Contudo, para Cano (1998, p. 98),

foi a reprodução do capital cafeeiro a essência do processo de acumulação da economia brasileira até 1930¹⁸, isto é, ele foi dominante durante o transcorrer desse processo. [...] a forma pela qual a intermediação financeira se apropriou de grande parte do capital cafeeiro, mascarou a sua origem, não dando conta de que o capital industrial, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, faces do capital cafeeiro. Um ponto que reforça ainda mais o mascaramento da origem desses capitais do complexo paulista, se deve à própria transferência de capital cafeeiro investido diretamente por fazendeiros ou via relações familiares - em atividades urbanas e que, em inúmeros casos, o transforma em banqueiro, industrial, comerciante, importador, etc., mesmo quando o fazendeiro não abandonou em definitivo sua condição anterior de capitalista rural.

Nesse contexto de crescimento industrial e aumento da influência desse setor foi que Roberto Simonsen e o movimento industrialista surgiram, com a formulação de uma alternativa ao modelo agroexportador com uma proposta de desenvolvimento ancorado no desenvolvimento industrial. O processo de formação do pensamento industrial será o tema do nosso próximo tópico.

3. Surgimento do movimento industrialista

Como buscamos tratar no tópico anterior, a questão industrial é um problema que atravessou a sociedade brasileira desde a sua formação, passando pelo período colonial, a independência e o

¹⁸ Para Mello (1991, p. 143), "a burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria".

início da modernização nacional. Agora trataremos do surgimento de uma corrente do pensamento econômico brasileiro que se dedicou a analisar a melhor maneira de promover a industrialização brasileira e justificar a sua necessidade como uma questão de segurança nacional.

Como um tema que surge ainda no período colonial, a indústria apareceu já cedo como uma bandeira política no Brasil, segundo Luz (1978) a Inconfidência Mineira em 1789, inspirada nas mudanças que ocorriam na Europa a colocou como uma necessidade para a formação brasileira. O exemplo de desenvolvimento inglês foi de grande importância para o nascimento de uma “consciência nativista” (Luz, 1978, p. 19) dos problemas econômicos das colônias portuguesas. O poderio da Inglaterra baseado em uma estrutura industrial fez nascer um debate entre os que desejavam criar uma indústria nacional no modelo inglês e os signatários da vocação agrícola.

Após a chegada da família real portuguesa no país o tema voltou a ganhar espaço dentro do pensamento econômico devido as discussões sobre a necessidade de se aplicar uma política capaz de promover o crescimento de setores que fossem essenciais para a acomodação dos portugueses. Contudo, a política aplicada não condizia com as necessidades de desenvolvimento industrial, porque não se buscou romper com a estrutura colonial, mantendo a escravidão e o latifúndio monocultor para exportações (Luz, 1978; Lima, 1978; Mello, 1991; Prado Jr., 1953).

Lima (1978) ainda destacou que havia um predomínio de ideias liberais de cunho fisiocrata no pensamento dos formuladores da política econômica de Portugal, com isso, a aplicação de um protecionismo industrializante estava fora do horizonte nesse momento. Outra questão importante apontada pelo autor foi que o projeto a ser aplicado também não tinha como objetivo criar uma estrutura industrial completa, apenas setores que fossem essenciais para o conforto dos portugueses.

Essas indústrias instaladas no Brasil não poderiam criar concorrência para as manufaturas europeias para que não houvesse retaliação por parte desses países com relação as exportações agrícolas, consideradas o motor da economia nacional. Tal modo de pensar a indústria não conduzia para uma real resolução do problema da questão industrial devido ao seu viés liberal e a primazia da agricultura com relação aos demais setores na ordem de prioridades (Luz, 1978; Lima, 1978).

Durante a maior parte do século XIX o pensamento industrial brasileiro foi representado por liberais e defensores da agricultura como a base da economia nacional. As vozes que se levantavam a favor da indústria agiam de forma isolada sem um movimento propriamente dito, além disso, não se confrontavam com o modelo agrícola (Luz, 1978; Lima, 1978).

Colocados nesse dilema - promover a industrialização do país, que reconhecia ser uma necessidade nacional, e atender ao mesmo tempo os interesses da lavoura - hesitavam, assim, os dirigentes brasileiros em adotar uma política francamente protecionista. Por outro lado,

repousando o sistema tributário brasileiro na renda alfandegária, exigiam os interesses do fisco uma tarifa essencialmente fiscal (Luz, 1978, p. 26).

Dessa maneira

Se, a princípio, foram os interesses britânicos o grande obstáculo ao estabelecimento de um protecionismo alfandegário, a partir dos meados do século XIX, os seus maiores adversários foram, dentro do próprio país, as hostes liberais cujas doutrinas eram tão convenientes aos interesses da lavoura monocultora que, juntamente com a organização comercial que apoiava, dirigiam, então, os destinos do Império (Luz, 1978, p. 26).

Foi apenas após a década 1870 que a bandeira da industrialização deixou de ser defendida por pequenos grupos ligados a produção de manufaturas de técnica grosseira e que exigia pouca mão de obra. Tal situação mudou a partir do desenvolvimento do mercado interno como consequência das mudanças que o café introduziu no seio da econômica nacional e o crescimento industrial a partir de 1870, que resultou no surgimento de movimentos ligados às industriais existentes (Luz, 1978).

Um exemplo importante foi o movimento das indústrias de chapéus que surgiu a partir de 1873 como resposta a tarifa Rio Branco, cujo nome remete ao Ministro da Fazenda, que reduziu os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade. Essa tarifa foi criada para abolir a taxação das importações criada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Posteriormente, com fim dessa proteção e a reintrodução do liberalismo na tarifa, houve um risco à sobrevivência dos setores que haviam crescido no período e gerou protestos por parte deles (Luz, 1978; Suzigan, 2000).

O movimento dos chapéus procurou em vão diversas agremiações para angariar apoio na luta por uma reversão. Ligadas ao setor comercial ou ao latifúndio, as organizações que recorreram não deram o apoio pretendido, o que fez com que criassem em meados de 1880 a Associação Industrial. O órgão que promoveu a organização de estatísticas, debates na imprensa, conferências com o Ministro da Fazenda e buscou eleger representantes no Congresso Nacional (Luz, 1978).

Apesar de não obter grandes avanços ligados à política empreendida pelo Estado, esse foi um momento frutífero para o surgimento do movimento industrialista e para a criação de uma organização industrial com certo grau de autonomia com relação aos interesses do café e do comércio.¹⁹ A pauta do protecionismo foi absorvida e passou a ser uma bandeira característica dos industrialistas, além do início do crescimento de uma compreensão de que a especialização agrícola

¹⁹ Antes da segunda metade do século XIX não havia no Brasil um movimento coletivo em prol da defesa da indústria nacional, apenas se tinha reivindicações de indivíduos isolados e alguns esforços por parte do Estado, mas baseados no liberalismo e em frágeis resquícios de um mercantilismo colbertista (Luz, 1978).

poderia ser danosa ao país - utilizando como argumento a baixa do preço do café como forma de mostrar o problema de se restringir em apenas um ramo produtivo (Luz, 1978).

Suas principais pautas foram a adoção do protecionismo e o estímulo ao crescimento industrial, além denunciarem que os impostos de importação naquele momento estavam presos a questões fiscais e sem correspondência com as necessidades do país. A industrialização passou a ser associada a resolução dos problemas nacionais e a independência econômica do país, como também atrairia trabalhadores e capitais estrangeiros que poderiam ser utilizados como elementos promotores do desenvolvimento nacional (Luz, 1978).

Outro momento importante na evolução do industrialismo ocorreu no período do Encilhamento (1889-1891), estabelecido por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda durante o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca. Nele, apareceram novas tendências, como o aprofundamento do debate sobre os problemas da especialização no balanço de pagamentos brasileiro. Também surgiu uma crítica ao capital estrangeiro, que desde o Império era usado como um meio de extrair riquezas. Os industrialistas viam isso com maus olhos, uma vez que consideravam ser um processo de desnacionalização do mercado nacional (Lima, 1978; Luz, 1978).

Esse capital encontrou no país condições muito favoráveis que estimularam seu ingresso, seja na forma de empréstimos, ou com a construção e aquisição de empresas e serviços de utilidade pública. Um caso que despertou grande indignação foi o do norte-americano Farquhar, que tinha planos de construir uma ferrovia que iria de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Essa linha tinha como objetivo fomentar a importação de produtos argentinos, além disso, seus empreendimentos também se estendiam até a Amazônia (Luz, 1978).

Com o entendimento de que Farquhar visava explorar os recursos naturais brasileiros em proveito do capital externo, surgiu uma forte oposição dentro do industrialismo contra sua presença, principalmente nos setores extrativistas. Era alertado que os estrangeiros, assim como no período colonial, saqueavam as riquezas nacionais com a drenagem que ocorria pela troca de produtos de pouco valor em proveito dos de outros com alto valor agregado (Luz, 1978).

Essa foi uma nova fase do industrialismo brasileiro, que passou a ser centrado ainda mais na luta por tarifas protecionistas e políticas internas de estímulo como: abolição de impostos, desenvolvimento dos meios de transportes e interligação do mercado interno. Outra pauta foi a expansão do protecionismo não apenas para a indústria, mas também para a agricultura - principalmente da pequena lavoura -, e a pecuária, com a formação de um movimento em defesa da produção nacional (Luz, 1978).

Entretanto, a evolução do pensamento industrialista brasileiro não se refletiu em uma alteração da política econômica do Estado, que seguiu subordinada aos interesses do complexo

exportador cafeeiro. Essa situação apenas começou a mudar a partir de Primeira Guerra Mundial, pois o prestígio que a indústria havia conquistado fez com que o movimento ganhasse pujança e se transformasse em uma corrente política importante (Furtado, 1991; Luz, 1978).

Essa força foi traduzida no final da década de 1920 na formação de um órgão de luta que seria central para os debates sobre a construção da política econômica brasileira a partir de então, que foi o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) fundado em 1928. O texto de lançamento do órgão assumiu um teor de manifesto em que eram respondidos os ataques que o setor sofria por parte de seus opositores e se defendeu o papel central da indústria para o desenvolvimento nacional.

Os principais pontos trabalhados no texto foi o estabelecimento de uma identidade entre industrialização, desenvolvimento e segurança nacional, partindo do exemplo histórico de outras nações que conquistaram alto grau de desenvolvimento. Se reafirmou a defesa do protecionismo como o melhor meio de promover um crescimento industrial e de outras medidas que seriam essenciais para a superação dos problemas brasileiros. Coube ao industrialista Roberto Simonsen o papel de escrevê-lo (Simonsen, 1928).

Em nosso próximo tópico iremos trabalhar as ideias de Simonsen buscando evidenciar sua síntese do pensamento industrial e como ele propõe elementos de avanço com relação a ele desenvolvendo um projeto desenvolvimentista.

4. Simonsen e o avanço do industrialismo brasileiro

A obra de Roberto Simonsen²⁰ foi marcada pela defesa da industrialização como um caminho necessário para a superação dos problemas sociais e econômicos que afligiam o Brasil. A ideia da indústria como um fator determinante para o processo de desenvolvimento nacional presente em sua obra remeteu a uma tradição de autores estrangeiros, como Friedrich List²¹, Alexander

²⁰ É importante ressaltar que, de acordo com Silva (1981, p. 96), “grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do século XIX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz [...]. Roberto Simonsen - um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 - foi também importador”.

²¹ Georg Friedrich List foi um teórico do protecionismo de origem germânica que nasceu em 1789 em uma Alemanha fragmentada e que apresentava uma série de problemas em sua estrutura econômica e social. Seu principal escrito é o livro “Sistema Nacional de Economia Política” de 1841 em que trabalha a importância da construção de uma Nação forte e soberana e o fortalecimento do mercado interno por meio da industrialização. A partir desse ponto ele desenvolveu a sua teoria protecionista e embasa sua crítica ao liberalismo econômico e a especialização agrícola (Oliveira, 2014; List, 1983).

Hamilton²² e Mihail Manoilescu²³. De acordo com Rodrigues (2005, p. 51), no pensamento de Simonsen,

é evidente a influência de Georg Friedrich List e Mihail Manoilescu, que defenderam a necessidade de medidas protecionistas para o desenvolvimento dos países que ainda se encontravam atrasados na implantação de suas indústrias, principalmente por considerarem que os países industrializados são mais ricos em relação aos países agrícolas, pois a indústria é considerada uma atividade superior e menos sensível às vicissitudes do comércio internacional²⁴.

Entretanto, a obra de Roberto Simonsen não resultou apenas de uma adaptação de teorias estrangeiras ao contexto brasileiro, mas também como uma síntese do pensamento industrialista brasileiro. Em seus textos foram abordados e aprofundados diversos elementos trabalhados no decorrer do desenvolvimento dessa corrente. O primeiro tópico de convergência que se pode destacar foi a ideia da indústria como um setor importante para a construção de uma nação em seu aspecto econômico, social e internacional.

Para Simonsen (1973) a indústria era economicamente um fator de riqueza, isso porque a partir da industrialização haveria uma melhor utilização das matérias primas, da mão de obra e dos recursos naturais. A utilização das máquinas no processo produtivo carregaria consigo um aumento da produtividade individual, consequência da redução do trabalho manual. Com efeito, ocorreria uma produção acima das necessidades individuais dos trabalhadores e dos produtores que estimulariam a expansão da riqueza.

A acumulação acima da necessidade de consumo proporcionaria a criação de novos capitais e meios de reprodução, que mais uma vez incentivariam a multiplicação da produtividade. A introdução de uma estrutura industrial no país fomentaria a formação e o fortalecimento de um mercado interno, isso mediante ao estímulo à produção agrícola para atender o abastecimento de matérias primas, insumos e produtos de subsistência. Em contrapartida, também ocorreria um impulso

²² Alexander Hamilton foi uma figura importante na transição das treze colônias para os Estados Unidos participando da Guerra de Independência como comandante da artilharia de George Washington, além disso, atuou como Secretário do Tesouro após o fim do conflito. Nesse cargo escreveu o “Relatório sobre as manufaturas” de 1791 em que colocou na base da fundação do Estado-Nacional estadunidense a industrialização e a criação de um mercado interno que rompesse com a sua matriz agroexportadora herdada do período colonial (Hamilton, 1995).

²³ Manoilescu (1931), nasceu na Romênia em 1891 e seu principal livro é “Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional”, escrito no qual realiza uma crítica aos autores liberais. Sua proposta era criar uma base científica de defesa do protecionismo para que esta pudesse se tornar uma política generalizada, principalmente para justificar a sua adoção em nações que ainda não haviam desenvolvido sua indústria e por esse motivo possuíam alto grau de pobreza.

²⁴ Para Bielschowsky (2000, p. 87), “como fundamentação para o protecionismo, ao lado da idéia de que a maioria das nações empregava tarifas elevadas, Simonsen mencionava dois argumentos. Primeiro lançava mão de List e do conceito de indústria infante [...]. Segundo, mencionava entusiasticamente a argumentação de Manoilescu, que teria mostrado ‘os fundamentos científicos do protecionismo’”. Para mais informações, ver: Rodrigues (2021) e Curi (2015).

no setor comercial que intermediaria as trocas entre ambos os setores e auferiria lucros por meio da sua intensificação, de acordo com o avanço da industrialização (Simonsen, 1973).

Para Simonsen (1973) a agricultura, a indústria e o comércio não deveriam ser encarados como setores antagônicos que disputam entre si²⁵, mas como partes importantes de um todo. Isso porque uma mercadoria durante sua produção passaria pelo setor agrícola na forma de matéria prima, em seguida, por meio do comércio, seria levada para as fábricas onde seria transformada em um novo produto. Como resultado surgiria uma mercadoria nova com alta utilidade e capacidade de satisfazer um maior número de necessidades dos consumidores que a adquirissem. “Todos se traduzem, afinal, em atividades de manipulação, em estágios diferentes, dos produtos básicos, objetivando o mesmo fim: o aumento do bem-estar geral, distribuído pelo número, numa adaptação sempre crescente do homem ao meio” (Simonsen, 1943a, p. 175-176).

O processo de industrialização também resultaria em melhorias sociais através do aumento dos salários que ocasionariam um padrão de vida superior mediante a elevação do grau de produtividade. O setor industrial possuiria, como característica, uma remuneração maior devido à complexidade dos conhecimentos envolvidos para a execução das máquinas. Também haveria um estímulo ao conhecimento científico como meio do melhoramento do processo produtivo, que estimularia a “inteligência” da população e seu grau de cultura (Simonsen, 1973). É possível resumir os benefícios sociais provenientes da industrialização, na visão de Simonsen (1973, p. 54), na seguinte citação:

Foram as máquinas que reduziram o preço de custo das utilidades, pondo ao alcance dos bons bolsos mais modestos o que dantes era privilégio dos ricos. A competição industrial exalta a inteligência do homem estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas, na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência. A máquina, aumentando a produtividade, afasta-o do trabalho manual embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade!

Em seus escritos, Simonsen (1973; 1943a) também colocou o desenvolvimento industrial como um fator importante para a soberania do país ao estabelecer uma conexão direta entre independência econômica e política, uma vez que, internamente, atuaria através da ligação das diversas regiões por meio da troca de matérias primas e produtos acabados, na criação de uma relação de solidariedade entre os membros da Federação, que de acordo com as relações comerciais dentro

²⁵ Simonsen deixava isso bastante evidente em seu clássico debate com Eugênio Gudín. Para mais informações, ver: Rodrigues (2018; 2005).

do mercado nacional se intensificariam e passariam a ter uma melhoria em sua qualidade de vida. “A independência e, portanto, a perfeita independência política só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados que conjugam em estreita harmonia e íntima interdependência a Agricultura e a Indústria” (Simonsen, 1973, p. 55). De acordo com Rodrigues e Jurgensfeld (2020, p. 110),

No Brasil, na avaliação de Simonsen, não havia essa percepção da “harmonia” que deveria ocorrer entre as duas atividades e nem sobre a proteção necessária ao desenvolvimento industrial, principalmente por meio da garantia do mercado interno para o consumo da produção industrial local. Simonsen julgava imprescindível que o país realizasse uma política protecionista, que, ao favorecer o desenvolvimento industrial, traria consigo o aumento da renda. Ampliar a renda nacional, por sua vez, funcionaria como uma condição para o próprio desenvolvimento industrial futuro do Brasil.

A falta de um parque industrial tornaria o país refém das nações que denominou como “impérios coloniais”²⁶ que agem no comércio internacional buscando novos mercados de consumo para os seus produtos, principalmente manufaturados. A assimetria existente entre as nações seria responsável pelo estabelecimento de relações de troca desiguais (entre as nações economicamente e financeiramente avançadas e as pobres) que fazia com que os segundos permutassem seus produtos por um valor inferior ao verdadeiro (Simonsen, 1943a; 1973). Para Rodrigues e Jurgensfeld (2020, p. 123), “Simonsen já sinalizava na década de 1920 para a tendência à deterioração dos termos de troca, que prejudicava significativamente o Brasil, país que estava focado em exportação de produtos agrícolas, e beneficiava os países industrializados”.²⁷ Isso fica evidente na seguinte passagem

A situação do intercâmbio dos países exportadores de manufaturas e países exportadores de produtos primários, impõem a estes uma situação desvantajosa nos termos de troca. Os produtos primários, de uma maneira geral, são inelásticos e, inversamente, os produtos manufaturados têm alta elasticidade. A evolução dos preços de uns e outros produtos mostra disparidade. As flutuações dos níveis de preços atingem mais duramente os produtos primários do que os manufaturados, depreciando os termos de troca dos países exportadores dos primeiros. Por outro lado, os preços dos produtos

²⁶ “Na formação dos grandes impérios coloniais, o que a nação diretora, o que a mãe-pátria tem sempre em vista, é a criação de novos mercados para suas indústrias, mercados esses que lhe ficam em subordinação econômica e política. Basta mencionar que em 1750 a Inglaterra, desejosa de manter para si o monopólio dos mercados coloniais americanos, proibia nestes a fabricação de um simples prego de ferro!” (Simonsen, 1973, p. 55). No Brasil colônia houve em 1785 o alvará de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de manufaturas. Este alvará apenas foi revogado em 1808 com a chegada na colônia de D. João VI.

²⁷ Sua percepção das trocas desiguais ainda durante os anos de 1920 aparece no seguinte trecho: “Infelizmente, no Brasil, temos ainda dos problemas de organização econômica a resolver e é da experiência e da actuação dos homens de negócios que devem surgir as soluções adequadas. É preciso que nossos homens de governo compreendam que a inferioridade na instituição de defesas econômicas nacionais implica em verdadeiro atentado á nossa liberdade, obrigando-nos, no terreno das permutas, a dar o que é nosso por muito menos que seu justo valor” (Simonsen, [1920] 1932, p. 120). Para uma análise mais detalhada da visão pioneira de Roberto Simonsen em relação às trocas desiguais e sua antecipação às teses capelinas, ver: Rodrigues e Jurgensfeld (2020).

primários, via de regra, não são influenciados pelos países produtores, mas ditados pelos próprios países manufatureiros (Simonsen, [1948a] 1973, p. 344).²⁸

Nesse sentido, Simonsen avançou com relação ao industrialismo em sua crítica aos efeitos da especialização agrícola no balanço de pagamento, com a transferência de riquezas para o exterior. Segundo Rodrigues e Jurgensfeld (2020), essa é uma clara antecipação dos argumentos da “Deterioração dos Termos de Troca” cuja autoria não é creditada a Simonsen. Em suas formulações já havia a percepção de que o modelo agroexportador é danoso, pois

Essa situação caracteriza-se pela dependência do comércio internacional para vender nossos produtos agrícolas, cuja demanda é inelástica e os preços sujeitos às oscilações nesses mercados, que por sua vez nos fornecem os produtos industrializados dos quais necessitamos, e que podem ser interrompidos, devido às vicissitudes do comércio internacional. Além disso, teríamos déficits em nossa balança comercial, comprando produtos industrializados e vendendo produtos agrícolas, o que nos tornaria mais dependentes ainda das nações desenvolvidas, principalmente porque teríamos que incorrer em empréstimos para equilibrar nossa balança comercial (Rodrigues, 2005, p. 20).

Sua preocupação com as limitações à soberania nacional resultante da falta de um parque industrial e a concorrência desigual entre as nações industriais e as pobres o fez recorrer a defesa do protecionismo, outro ponto de ligação com a tradição do industrialismo. Sua argumentação em prol de tal medida se dava a partir do entendimento de que o estabelecimento de tratados de liberdade comercial entre países com diferentes níveis de desenvolvimento em suas forças produtivas resultava no empobrecimento daqueles sem indústrias (Simonsen, 1943a; 1973).

Dentro das suas formulações é possível visualizar três formas distintas de política de proteção a serem implementadas pelo país. A primeira seria a utilização de políticas alfandegárias, nesse caso Simonsen (1973) diz que era necessário mudar a forma como as tarifas de importação eram geridas dentro país, uma vez que historicamente elas foram utilizadas como meio de equilibrar as contas públicas. Fazia-se imprescindível renunciar ao caráter fiscal e que fosse assumido um direcionamento do protecionismo para a defesa e fomento da produção agrícola e industrial.

²⁸ Simonsen ([1943b] 1958, p. 31) ainda destacou que mesmo com um equilíbrio na balança comercial, isso não significava que não ocorreriam perdas, pois “Quando se realiza tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados ‘produtos coloniais’, promove-se de fato a troca de produtos francamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida o país industrializado”.

Uma segunda forma de proteção do mercado interno eram as desvalorizações cambiais, que no seu entender aconteciam como uma resposta natural das economias de produção incipiente frente à concorrência dos países estrangeiros. A perda de valor da moeda nacional é uma consequência direta do empobrecimento da nação, tanto devido às relações desiguais de troca entre os países como também ao consumo artificial que era realizado por meio da aquisição de empréstimos externos (Simonsen, 1973).

Esse foi mais um momento de avanço de suas formulações com relação ao industrialismo e mais um ponto de ligação com o pensamento desenvolvimentista, pois Simonsen (1937) passou a defender o controle de importações. No seu entender era necessário criar critérios para as aquisições de mercadorias no exterior para evitar uma “orgia de importações” (Simonsen, [1937a] 1937, p. 33) com a compra de bens de luxo que em nada contribuíam para o aprimoramento das forças produtivas nacionais e da qualidade de vida da população, além de estancar a saída de riquezas nacionais.

A terceira forma de proteção que Simonsen (1943a; 1973) destacou como necessária foi em relação a atuação do capital estrangeiro no país, cujo objetivo seria evitar a exploração e extração das riquezas nacionais em seu proveito. Apesar de acreditar na necessidade de ajuda desses capitais para a aplicação do projeto de industrialização nacional, o autor fez ressalvas sobre a sua utilização de forma indiscriminada. Ressalta-se que esse também foi um ponto de ligação entre o industrialismo e a argumentação proposta por Simonsen.

Em sua concepção, a maneira pela qual funcionava o sistema financeiro mundial fazia com que os recursos disponibilizados pelas nações ricas, como suposto auxílio ao desenvolvimento dos países pobres, fosse benéfica apenas a elas. Os países emprestadores obtinham vantagens a partir de três formas: i) com o pagamento para amortização da dívida; ii) com os juros pagos como remuneração dos empréstimos; e iii) com o lucro pela venda de produtos industrializados para as nações devedoras. O último dos privilégios ocorria porque boa parte dos recursos obtidos eram utilizados na compra de produtos do país credor com cláusulas impostas para a disponibilização desses empréstimos (Simonsen, 1973).²⁹

Simonsen (1943a; 1973) propõe uma nova forma de relações financeiras por meio de empréstimos de governo a governo que desse ao Estado autonomia de utilizar os recursos nas áreas prioritárias ao desenvolvimento do país. Sobre essa questão o autor diz:

²⁹ De acordo com Lênin (1985, p. 64), “um relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz: ‘a construção de ferrovias brasileiras é realizada principalmente com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães. Os países interessados, no decurso das operações financeiras, ligadas à construção de vias férreas, asseguram-se de encomendas de matérias de construção’”.

O seu financiamento será negociado dentro de novos moldes de cooperação econômica, de forma que, inicialmente, não se supercapitalizem os investimentos por despesas meramente financeiras, devendo as amortizações serem condicionadas ao aumento da produtividade resultante da reorganização do país (Simonsen, 1973, p. 308)

Esses recursos seriam utilizados pelo Estado a partir de um planejamento econômico cujo objetivo seria ampliar as indústrias brasileiras com a criação de infraestrutura para garantir o estímulo ao setor privado. O planejamento foi um ponto de avanço de sua obra com relação ao pensamento anterior. Em sua visão o Estado seria responsável por criar órgãos técnicos para estudar as necessidades da economia nacional e propor medidas para implementá-las. Além disso, haveria a formação de institutos de ensino técnico para preparar a população para o emprego industrial e outros que exigissem mão de obra qualificada³⁰. Por fim, se organizaria um processo de descentralização produtiva que possibilitasse que o setor industrial se espraiasse para diversas regiões e levasse consigo o progresso e a melhoria da qualidade de vida da população (Simonsen, 1973).

O Estado estimularia a criação de indústrias de base, principalmente a metalúrgica de primeira fusão, química, ácidos minerais, adubos químicos e destilados de hulha e madeira. Também seria necessária a modernização do setor agrícola e comercial com o aumento da sua produtividade e renda. Sua proposta era voltada para a criação de um Estado forte que interviesse na economia de acordo com as necessidades de desenvolvimento nacional (Simonsen, 1973; 1945).

As limitações e correções de certas deficiências verificadas na iniciativa privada estão sendo aplicadas pelas subvenções ou pelos impostos, conforme o caso. O mau uso dos recursos naturais vem sendo corrigido pela intervenção do Estado. O desperdício pela má orientação dos empreendimentos póde ser compensado pelo crédito seletivo, de difícil execução fóra de um planejamento geral. Mas a deficiência do fator *empresário* ou *empregador* só póde ser corrigida pela sua substituição pelo Estado, na forma de emprêsas autárquicas ou de economia mista. Êsse capitalismo do Estado não é absolutamente incompatível com o regime da iniciativa privada, como base essencial do sistema econômico (Simonsen, 1945, p. 69, grifos do autor).

O plano deveria contar com o apoio e a participação dos mais diversos setores da sociedade, dentre eles: as classes produtoras através de órgãos consultivos, os trabalhadores por meio da sua qualificação e os cientistas com a pesquisa tecnológica. Eram conclamados os engenheiros para a elaboração de técnicas adequadas ao clima brasileiro, para se dedicarem a estudar as melhores formas

³⁰ Para Rodrigues (2005, p. 118), “a preocupação de Simonsen com a capacitação dos profissionais se evidencia quando ele propõe a criação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), como forma de aperfeiçoar a mão-de-obra para as indústrias brasileiras”.

de utilizar os recursos naturais e que o país pusesse contar com seu auxílio no aperfeiçoamento da mão de obra (Rodrigues, 2005; Simonsen, 1943a). Sobre isso Simonsen (1943a, p. 289) escreveu:

Nossos problemas têm que ser em sua maioria, por nós mesmos resolvidos. Não neguemos o valor da cooperação do braço, do cérebro e do capital de outros povos; mas as hostilidades do meio obrigam a tal período de aclimatização e de reajustamento, que estão como que a indicar que será a técnica, já inteiramente nacionalizada, formada em nosso meio, que há de surgir boa parte das soluções para os principais problemas nacionais.

Dessa forma, Roberto Simonsen propôs, no decorrer de sua obra, uma reestruturação da economia brasileira por meio de um projeto nacional direcionado pelo Estado, que teria como meta a redução da pobreza por intermédio da criação de um mercado interno bem estruturado com uma política de planejamento e o protecionismo para o desenvolvimento de uma indústria nacional que seria o eixo de superação do atraso.

5. Considerações Finais

Como buscamos mostrar no artigo, a ideia de que era necessária criar uma estrutura industrial no Brasil é anterior ao processo de independência. Ligada a luta pela emancipação política e econômica, a industrialização esteve presente como uma das bandeiras de emancipação do país, mas que foi barrada, inicialmente, pela repressão dos interesses de Portugal. Após o fim das restrições coloniais, com a vinda da família real portuguesa para a colônia ou a Proclamação da Independência, a busca pela industrialização seguiu travada pelos interesses da exportação agrícola. Outro fator foi a predominância do pensamento liberal nos formuladores da política da família real e no processo de independência.

Posteriormente, a bandeira da industrialização era levantada por vozes isoladas que buscavam compatibilizar os interesses industriais com os do setor mercantil agroexportador cafeeiro. As especificidades da produção cafeeira, entretanto, possibilitaram a formação de elementos que conduziram à criação de um setor industrial subordinado a sua produção e que dependia da capacidade de importação gerada pelas divisas da exportação cafeeira, para se desenvolver.

Além disso, a criação de uma infraestrutura para transporte, beneficiamento do café, imigração de mão de obra, desenvolvimento do mercado interno, política expansionista durante a Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura proporcionaram um relativo crescimento do setor industrial que começava a se organizar. A criação da Associação Industrial como órgão de representação da classe e de luta por uma política industrial marca uma nova fase do movimento industrialista, que agora passa a ser organizado em torno de algumas pautas comuns.

Dentre as principais, estava a defesa de tarifas alfandegárias protecionistas, o combate ao liberalismo econômico, o alerta sobre os perigos da especialização agrícola (que comprometiam a liberdade econômica e deixavam o Brasil refém dos países industrializados, além de perpetuar a pobreza). Uma questão importante que surgiu após o Encilhamento foi uma visão crítica sobre o capital estrangeiro, que alertava sobre os riscos de sua participação na produção interna ser prejudicial por explorar as riquezas naturais nacionais e dominar o mercado interno.

Todos esses elementos foram sintetizados na obra de Roberto Simonsen que os articulou em torno da defesa de um projeto de industrialização nacional. Presente em diversos órgãos de classe como a Confederação Nacional da Industrial e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Simonsen foi um atuante defensor da industrialização como forma de resolver os problemas nacionais.

Entretanto, o autor fez muito mais que uma repetição dos argumentos da tradição industrialistas, os organizou em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e transpassou a simples defesa de uma classe específica. A partir da defesa da criação de um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil, Simonsen não apenas colocou a necessidade da industrialização e apontou para os perigos da especialização agrícola, como também defendeu a interdependência de ambos os setores e sua importância para a criação de um mercado interno forte.

6. Referências Bibliográficas

AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. 2. ed. Campinas: UNICAMP - IE, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORDOVANO, Carlos. *Interpretações da Colônia: leitura do debate brasileira de inspiração marxista*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE-UNICAMP, 2004.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

- FURTADO, Celso. Atavismos coloniais do Brasil atual. In: FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.
- HAMILTON, A. *Relatório sobre as manufaturas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003.
- JURGENFELD, Vanessa Follmann. *Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas*. Campinas: 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 Industrialistas Brasileiros: Mauá – Rui Barbosa – Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LIMA, Heitor. Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- LIST, G. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.
- LUZ, Nice Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 3. ed. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1978.
- MANDARINO, Thiago Marques. *A vida através da morte: formação do mercado de trabalho livre e o destino dos negros – Rio Claro, 1875 – 1930*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MANOILESCO, M. *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.
- MARX, Karl. *O capital: crítica a economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1991
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, M. F. Nação e economia política em Friedrich List. In: XIX Encontro Nacional de Economia Política, 2014, Florianópolis. *XIX Encontro Nacional de Economia Política*, 2014.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 14. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1976.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1953.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. A Acumulação Primitiva e o Capitalismo Contemporâneo. *Anais do V Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo: Marx: Crise do Capitalismo e Transição*. Marília: UNESP, 2013.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. A influência de List e Manoilescu no pensamento protecionista de Roberto Simonsen. *Mundo e Desenvolvimento - Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, v. 2, p. 153-177, 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *A Questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín*. 2005 Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Roberto Simonsen e Eugênio Gudín: origem de um debate ainda não superado na economia brasileira. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, p. 129-154, jul.-dez. 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Deterioração dos termos de troca e industrialização protegida: o pioneirismo de Simonsen. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 106-131, jan./abr. 2020.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo, Alfa e Ômega, 1981.

SIMONSEN, Roberto C. (1920) A função dos homens de negócios. In: SIMONSEN, Roberto C. *À margem da profissão: discursos, conferencias e publicações*. São Paulo, SP, São Paulo Editora, 1932

SIMONSEN, Roberto C. (1943b) Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial. In: Simonsen, Roberto C. *Simonsen e a "Operação Pan-Americana"*. São Paulo, SP: FIESP/CIESP/Serviço de Publicações, 1958. 136p., tab. (Fórum Roberto Simonsen).

SIMONSEN, Roberto C. *A indústria em face da economia nacional*. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1937. p. 135.

SIMONSEN, Roberto C. *O planejamento da economia brasileira*: replica ao sr. Eugenio Gudín, na Comissão de Planejamento Econômico. São Paulo, SP: [s.n.], 1945a.

SIMONSEN, Roberto C. *Orientação industrial brasileira*: [discursos proferidos na inauguração do Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo]. Coautoria de Francisco Matarazzo, Roberto C. Simonsen. São Paulo, SP: Esc. Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

SIMONSEN, Roberto. *Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943a.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tratado de Methuen*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura, 1957.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.